

**HABEAS CORPUS Nº 501.826 - SP (2019/0092209-2)**

**RELATOR** : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**ADVOGADOS** : FERNANDA TATARI FRAZÃO DE VASCONCELOS -  
SP232510  
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : CESAR AUGUSTO MENDES DA MOTA (PRESO)  
**PACIENTE** : RODRIGO OLIVEIRA DOS SANTOS (PRESO)

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de CESAR AUGUSTO MENDES DA MOTA e RODRIGO OLIVEIRA DOS SANTOS contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo no julgamento da Apelação Criminal n. 0047657-26.2016.8.26.0050.

Consta dos autos que os pacientes foram condenados, em primeiro grau de jurisdição, às penas de 5 anos e 6 meses de reclusão, em regime inicial fechado, e 13 dias-multa, pela prática do delito previsto no art. 157, § 2º, I e II, do Código Penal (fls. 86/95).

Inconformada, a defesa apelou e o Tribunal *a quo* negou provimento ao recurso (fls. 96/108), por acórdão assim ementado:

*Apelação. Roubo circunstanciado pelo emprego de arma e concurso de pessoas. Art. 157, § 2º, I e II, do CP. Pedido de absolvição pela insuficiência de provas. Impossibilidade.*

*Materialidade e autoria comprovadas. Subsidiariamente, pleito de afastamento das causas de aumento, de aplicação da fração mínima de acréscimo na terceira fase e de modificação do regime carcerário inicial para o semiaberto (exceto para Jodaias). Maria Gabriela pugna, ainda, pelo reconhecimento da participação de menor importância.*

*Inviabilidade. Pena e regime bem fixados e fundamentados.*

*Recursos não providos.*

No presente *mandamus*, a defesa sustenta haver constrangimento ilegal na fixação da pena, na terceira fase da dosimetria, em

fração superior a 1/3, pois a fundamentação foi baseada apenas em critério matemático, referente ao número de majorantes presentes no caso. Aponta ser aplicável ao caso o Enunciado n. 443 da Súmula desta Corte.

Sustenta, ainda, a existência de constrangimento ilegal ainda no regime inicial de cumprimento de pena, tendo em vista serem os pacientes réus primários, com pena fixada em patamar inferior a 8 anos, o qual teria sido fixado com base apenas na gravidade abstrata do delito, vulnerando o Enunciado n. 718 da Súmula do STF.

Dessa forma, pede, liminarmente, que seja fixado regime inicial mais brando e, no mérito, a confirmação do pedido liminar e a redução da pena aplicada ao paciente.

É o relatório. **Decido.**

De início, o presente *habeas corpus* não comporta conhecimento, pois impetrado em substituição a recurso próprio. Entretanto, nada impede que, de ofício, seja constatada a existência de ilegalidade que importe em ofensa à liberdade de locomoção do paciente.

No caso dos autos, ao menos em juízo de cognição sumária, não verifico manifesta ilegalidade apta a justificar o deferimento da medida de urgência, sendo necessário aprofundado exame dos autos para a aferição de eventual constrangimento.

Ademais, o pedido liminar confunde-se com o próprio mérito da impetração, o qual deverá ser analisado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo do *habeas corpus* pelo colegiado.

Ante o exposto, **indefiro** a liminar.

Devidamente instruído, dispenso informações.

Dê-se vista dos autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 03 de abril de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA  
Relator

